

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

28 JUL 1988
JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Outro Editorial p 4

Um discurso perfeito, que só peca pelo atraso.

Parecem-nos absolutamente despropositadas algumas das reações suscitadas pelo pronunciamento presidencial de terça-feira à noite em que, por uma cadeia de rádio e de televisão, o presidente Sarney analisou algumas das medidas aprovadas no primeiro turno pela Assembléia Nacional Constituinte tentando alertar seus membros, em particular, e às brasileiras e brasileiros de um modo geral, para o desastre que essas medidas poderão acarretar para o desenvolvimento nacional. Desserviço à democracia brasileira prestam os que acusam o presidente de estar armando uma crise institucional com as advertências que fez. O presidente José Sarney nunca agiu com tanta propriedade, tanta seriedade, tanto desprendimento e tanta clarividência.

Como cidadão, assim como qualquer outro brasileiro, o sr. José Sarney tem todo o direito de dar opiniões sobre os trabalhos da Constituinte, de dizer o que pensa dos assuntos de que ela está tratando. Quanto ao presidente da República, ainda mais num período delicado de transição democrática e de crise econômica aguda como o que vivemos, tem a obrigação de participar com opiniões, sugestões, conselhos do processo de reordenamento jurídico-institucional do País. Se o presidente José Sarney cometeu algum erro sob esse ponto de vista foi o de, até terça-feira à noite, ter-se mantido praticamente alheio ao debate vital para o País que vem sendo travado há 18 meses, abrindo uma única exceção no momento em que esteve em jogo a duração do seu mandato. O presidente merece reparos pela omissão anterior, mas nunca pela decisão de agir agora, enquanto ainda há possibilidade de evitar o pior.

Quando ele critica muitos artigos da futura Constituição aprovados no primeiro turno de votação, não o faz invocando argumentos subjetivos, políticos ou ideológicos. Critica-os invocando as conseqüências matemáticas que trará a sua entrada em vigor. Na verdade, o presidente repete a maior parte das advertências que já vêm sendo feitas há muito tempo por empresários, economistas, juristas e alguns poucos políticos mais sérios, sobre as conseqüências catastróficas que poderá ter a prodigalidade sem fundos dos senhores constituintes.

Vamos escolher um trecho do seu discurso, como exemplo: "Primeiro, há o receio de que alguns de seus artigos desencorajem a produção, afastem capitais, sejam adversos à iniciativa privada e terminem por induzir ao ócio e à improdutividade. Segundo: que outros dispositivos possam transformar o Brasil — um país novo, que precisa do trabalho — em uma máquina emperrada e em retrocesso. E que o povo, em vez de enriquecer, venha a empobrecer; e possa regredir, em vez de progredir. Em suma: os brasileiros receiam que a Constituição torne o País ingovernável. E isso não pode acontecer. O País sabe que nós não dispomos de recursos suficientes para atender a todas as necessidades e finalidades do Estado".

Só há um reparo a fazer a essas ponderações: não há apenas receio de que tudo isso aconteça. Existe a absoluta certeza de que a nova Constituição, mantido tudo o que foi aprovado no primeiro turno, tornará o País não somente ingovernável mas absolutamente inviável. O presidente talvez tenha sido um pouco infeliz ao escolher a palavra ingovernabilidade para definir o que acontecerá ao Brasil depois de promulgada a nova Carta Magna nos termos em que ela está hoje. A expressão correta é inviabilidade: essa Constituição é um tiro de misericórdia na nuca de uma economia que já está claudicante, quase parando sob o peso insuportável de um Estado cuja falência vai gerando a maior inflação da nossa história.

O presidente foi muito feliz, ainda, ao definir quem cobrirá o rombo que os constituintes estão abrindo com suas prodigalidades irresponsáveis: "Quem pagaria esta conta? O povo. Somente o povo. Pois é a sociedade, direta e indiretamente, a única fonte de recursos públicos. Além de novos tributos necessários para cobrir as despesas que estão sendo criadas, nós teríamos que sobrecarregar as famílias e as empresas com outras medidas fiscais".

E a sobrecarga terá de ser monstruosa. Segundo cálculos dos assessores presidenciais, os impactos diretos e indiretos das concessões dos constituintes atingirão mais de dois trilhões e 200 bilhões de cruzados em 1989, "o dobro do que cabe à União da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, ou duas vezes os programas federais, estaduais e municipais de saúde. Ou 32 anos do programa de distribuição de leite. Ou, por fim, o dobro do déficit orçamentário da União este ano". Isso sem contar o caso específico da Previdência Social, um dos alvos da generosidade dos senhores constituintes. Somente parte dos novos benefícios — há uma outra parte cujos efeitos são difíceis de calcular imediatamente — irá custar aos cofres da Previdência mais um trilhão de cruzados por ano.

Nesse trecho do seu discurso o presidente dá mais uma lição ao sempre irresponsável ministro da Previdência Social, Renato Archer. Na semana passada, o ministro que se tem gabado por bombardear direta (e impunemente) mais de uma diretriz presidencial, havia levado ao Palácio do Planalto as contas do impacto dos artigos da área de seguridade social sobre o orçamento de sua pasta. Segundo ele, não haveria nenhum problema, a Previdência teria condições de cobrir tudo. Mostrando o quanto confia em seu ministro, Sarney preferiu trabalhar com os números apresentados por seus assessores econômicos, que apontam para o aumento adicional nas despesas de um trilhão de cruzados. Se o sr. Renato Archer, um dos expoentes da esquecida e decadente turma do poire, tivesse um mínimo de sensibilidade ética, pediria imediatamente demissão. Não só pelo desastre que tem sido a sua passagem pelo ministério como também porque esta não é a primeira vez que o presidente da República desconfia de suas informações, e não sem razão. No auge do contencioso Brasil-Estados Unidos por causa da informática, para mencionarmos apenas um caso, Sarney chegou a chamar a atenção de Archer, então ministro da Ciência e Tecnologia, porque ele estava prejudicando as negociações entre os dois países.

É importante ressaltar — aliás, como o presidente Sarney assinala — que ninguém é contra que se faça justiça social, que se procure minorar os sofrimentos dos milhões de miseráveis brasileiros. Mas não é exatamente isso que a Constituinte está fazendo, embora seus mentores queiram dar tal impressão. Em primeiro lugar, não se determinados benefícios aprovados na verdade não são benefícios para a maioria da população brasileira, mas privilégios concedidos a determinados grupos ou classes, que todos os cidadãos — miseráveis ou não — acabarão tendo de pagar. Em segundo lugar, ou não — acabarão tendo de pagar. Em segundo lugar, para se distribuir alguma coisa — no caso, riquezas — é preciso que essa coisa exista. E o que a Constituinte está fazendo com as propostas que aprovou é liquidar com todas as possibilidades de o Brasil criar essas riquezas.

"Sem uma revisão profunda, o Brasil, que resultaria do projeto como ele se encontra, seria uma subpotência incapaz de representar-se e defender-se. O país que poderia ter sido e que não foi. Eternamente promissor mas sem presente e, portanto, sem futuro. Mas este não é o Brasil desejado pelos constituintes" — disse o presidente a certa altura de seu discurso.

Quanto à disposição de muitos constituintes, não temos a mesma esperança do presidente. Por isso é que conclamamos a sociedade brasileira a se unir e pressionar seus representantes para que eles não lhe deixem um país que ela não quer e não merece.

JORNAL DA TARDE 28 JUL 1988